

Verba assistencial do político terá controle

GILBERTO DIMENSTEIN

Da Editoria de Política

Para o próximo ano, os parlamentares ganharão 6 bilhões de cruzeiros, cada um poderá dispor de pouco mais de 10 milhões, para distribuir a entidades assistenciais - uma forma de caridade que certamente traduz-se em votos. Agora, porém, haverá maior rigidez nesses gastos: o Tribunal de Contas da União decidiu que essas verbas, tradicionalmente liberadas pelo Ministério do Planejamento, administradas pelo Conselho Nacional do Serviço Social, do MEC, e distribuídas pelos deputados e senadores, terão um controle maior.

Há muitos anos, soube-se de entidades assistenciais que eram simplesmente fabricadas para obter essas verbas e o maior assistido era mesmo o deputado. Um parlamentar confessou ontem que recebeu uma estranha proposta: "Uma pessoa queria trocar o auxílio. Eu indicaria minha verba para a entidade dele e ele faria o mesmo, entregando para uma atividade que eu criasse. Assim, não aparecia na vista".

Desde 1980, não há um regulamento rígido para a prestação de contas dessas verbas. E o

próprio CNSS pediu para que o TCU estabelecesse medidas de controle.

O ministro Alberto Hoffmann estabeleceu que seja obrigada a entidade beneficiada com a subvenção social, a fazer prova de sua existência e de sua atual diretoria ao Banco do Brasil. Além disso, que seja indispensável, para a liberação, a entrega ao órgão ou entidade que recebeu os recursos, a prestação das contas anteriores. E, a partir da verificação de irregularidades na prestação de contas, fiquem suspensas as liberações de quaisquer outros recursos.

Eis um tema que pode render muito: não é exatamente ético não aplicar com o devido rigor verbas destinadas a órfãos, velhos, desamparados. Seja como for, tudo é possível. A Secretaria do Planejamento da Presidência da República abriu esse ano uma auditoria no órgão coordenador de despesas do MEC para apurar possíveis irregularidades no pagamento de subvenções a entidades registradas no Conselho Nacional do Serviço Social. Notou-se um saldo bancário de 91,7 milhões sem origem especificada e uma relação de pagamentos pendentes.